

Desempenho Fiscal do Governo Federal em fevereiro de 2026

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

- Conforme os dados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional, o Governo Central, formado por Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, registrou um déficit primário de R\$ 30,046 bilhões em fevereiro de 2026, significando uma redução, em termos reais, de 8,4% sobre o resultado obtido no mesmo mês de 2025. Esse resultado ficou abaixo da mediana das expectativas de mercado, que indicava um déficit de R\$ 34,3 bilhões. Em compensação, no acumulado no primeiro bimestre de 2026, observa-se um superávit primário de R\$ 56,854 bilhões, representando uma alta de 1,4%, em termos reais, na comparação com o superávit apurado em igual período de 2025;
- Segundo o Tesouro, esse superávit do primeiro bimestre trimestre de 2026 representou 0,79% do Produto Interno Bruto, sendo influenciado exclusivamente pelo desempenho do Tesouro Nacional, que registrou superávit de R\$ 100 bilhões, enquanto o Banco Central e a Previdência Social apresentaram um déficit agregado de R\$ 123 bilhões;
- Em fevereiro deste ano, as despesas governamentais cresceram, em termos reais, 3,1% relativamente ao mesmo mês de 2025, evoluindo em ritmo inferior ao incremento real da receita líquida, que registrou um crescimento real de 5,6%. O acréscimo real da receita líquida em fevereiro foi influenciado, principalmente, pelo desempenho das receitas administradas pela Receita Federal, com destaque para as receitas provenientes do IOF, COFINS e Outras Receitas Administradas pela Receita Federal. Também contribuiu positivamente o avanço na arrecadação líquida para o RGPS. Já os recolhimentos provenientes dos dividendos e participações apresentaram significativa redução, motivada pela ausência de repasses do Banco do Nordeste (BNB) frente ao recolhimento ocorrido no ano anterior, somada à redução no volume de dividendos pagos pela Petrobras;
- As despesas totais, por outro lado, experimentaram um avanço real de 3,1% em fevereiro, estimulado, sobretudo, pelas expansões das Despesas Discricionárias, particularmente, nas funções Educação, por conta do aporte no Programa Pé de Meia, e Saúde. Além dessas despesas, outras rubricas também influenciaram a expansão dos gastos, como Pessoal e Encargos Sociais, em função dos reajustes concedidos aos servidores em 2025 e Benefícios Previdenciários, decorrente do aumento no número de beneficiários do RGPS e do reajuste do salário-mínimo;
- No acumulado dos dois primeiros meses do ano, o saldo primário do Governo Central foi positivo, com a receita líquida crescendo 2,8% acima da inflação e as despesas aumentando 3%. A expansão das receitas foi sustentada principalmente pelo desempenho do Imposto de Renda, IOF, Cofins e outras receitas administradas, como depósitos judiciais, loterias e transações tributárias. Do lado das despesas, os principais aumentos vieram dos gastos discricionários, benefícios previdenciários e das despesas com pessoal. Em compensação, ocorreram reduções nos pagamentos do Bolsa Família, abono e seguro-desemprego e no apoio financeiro a estados e municípios;
- Quanto ao desempenho do setor público consolidado, que incorpora Governo Central (formado por Previdência Social, Tesouro Nacional e Banco Central), Estados, municípios e estatais, as estatísticas divulgadas pelo Banco Central revelam um desempenho fiscal favorável no primeiro bimestre de 2026, com um superávit primário de R\$ 87,3 bilhões, equivalente a 4,23% do Produto Interno Bruto (PIB), significando uma pequena melhora em relação ao mesmo período de 2025, quando o superávit havia sido de R\$ 85,1 bilhões (4,36% do PIB). O Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) foi responsável por boa parte desse superávit (R\$ 57,8 bilhões, ou 2,8% do PIB), enquanto os estados e municípios

também apresentaram desempenho expressivo, com superávit conjunto de R\$ 35,0 bilhões (1,69% do PIB), reforçando o papel dos governos regionais como importante fator de sustentação do resultado fiscal agregado. Já as empresas estatais — excluídos Petrobras e bancos públicos — registraram déficit de R\$ 5,4 bilhões no período, o pior resultado para um primeiro bimestre desde o início da série histórica do BACEN, puxado principalmente por estatais dependentes do Tesouro Nacional.

- A Dívida Bruta do Governo Geral – que compreende o Governo Federal, o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e os governos estaduais e municipais – atingiu 79,2% do PIB (R\$10,2 trilhões) em fevereiro de 2026, aumento de 0,5 p.p. do PIB em relação ao mês anterior. A evolução no mês decorreu, principalmente, do efeito dos juros nominais apropriados (+0,7 p.p.), da emissão líquida de dívida (+0,1 p.p.), do efeito da valorização cambial (-0,1 p.p.) e da variação do PIB nominal (-0,3 p.p.).

Comentário: O Governo Central registrou em fevereiro de 2026 um déficit primário de R\$ 30,046 bilhões, significando uma redução, em termos reais, de 8,4% sobre o resultado obtido no mesmo mês de 2025. Em compensação, quando se considera o acumulado nos dois primeiros meses do ano, observa-se um superávit primário de R\$ 56,854 bilhões, com uma alta de 1,4%, em termos reais. As despesas totais do Governo cresceram, em termos reais, 3,1% relativamente ao mesmo mês de 2025, evoluindo em ritmo inferior ao incremento real da receita líquida, que registrou um crescimento real de 5,6%. O desempenho das receitas em fevereiro foi influenciado pelo avanço das receitas administradas pela Receita Federal, com destaque para as receitas provenientes do IOF, COFINS e Outras Receitas Administradas pela Receita Federal. Do lado dos gastos, os principais destaques foram as expansões das Despesas Discricionárias, particularmente, nas funções Educação, por conta do aporte no Programa Pé de Meia, e Saúde, bem como as elevações dos gastos com Pessoal e Encargos Sociais e Benefícios Previdenciários.

Tabela 1 - Resultado do Tesouro Nacional - Janeiro-Fevereiro de 2026 (Milhões correntes)

Discriminação	Janeiro-Fevereiro		Variação (2026/2025)		Fevereiro		Variação (2026/2025)	
	2025	2026	% Nominal	% Real (IPCA)	2025	2026	% Nominal	% Real (IPCA)
1. Receita Total	505.896	541.119	7,00%	2,70%	203.662	219.030	7,50%	3,60%
2. Transferência por Repartição de Receita	104.032	110.653	6,40%	2,20%	59.802	61.349	2,60%	-1,20%
3. Receita Líquida (1-2)	401.864	430.466	7,10%	2,80%	143.860	157.681	9,60%	5,60%
4. Despesa Total	348.398	373.612	7,20%	3,00%	175.458	187.727	7,00%	3,10%
5. Resultado primário gov. Central (3 - 4)	53.466	56.854	6,30%	1,40%	-31.598	-30.046	-4,90%	-8,40%
Tesouro Nacional	96.035	100.013	4,10%	-0,30%	-8.657	-7.602	-12,20%	15,40%
Banco Central	-4	-80	-	-	9	-13	-	-
Previdência Social (RGPS)	-42.565	-43.079	1,20%	2,80%	-22.950	-22.430	-2,30%	-5,90%
6. Resultado primário/PIB	2,74%	2,75%	-	-	-3,18%	-2,88%	-	-

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN (2026). Elaboração: BNB/Etene.

Tabela 2 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado em Relação ao mesmo período do ano anterior. Jan-Fevereiro-2025/2026 - Valores a preços de fevereiro/26 - IPCA – R\$ milhões

Discriminação	Janeiro/Fevereiro		Variação	
	2025	2026	Diferença	% Real (IPCA)
Receita Total	529.293,10	543.373,70	14.080,60	2,70%
Receita Administrada pela RFB	363.758,80	377.643,30	13.884,50	3,80%
Imposto de Importação	16.534,00	14.903,10	-1.630,90	-9,90%
IPI	14.366,50	14.080,50	-286	-2,00%
Imposto sobre a Renda	179.534,50	182.791,90	3.257,30	1,80%
IOF	11.895,30	16.871,80	4.976,60	41,80%
COFINS	65.553,70	67.912,50	2.358,80	3,60%
PIS/PASEP	18.593,30	18.396,60	-196,7	-1,10%
CSLL	47.972,80	47.995,00	22,2	0,00%
CIDE Combustíveis	557,4	527,8	-29,6	-5,30%
Outras Receitas Administradas pela RFB	8.751,20	14.164,00	5.412,70	61,90%
Incentivos Fiscais	0	0	0	-
Arrecadação Líquida para o RGPS	112.613,40	119.627,70	7.014,30	6,20%
Receitas Não Administradas pela RFB	52.920,90	46.102,80	-6.818,10	-12,90%
Concessões e Permissões	1.391,40	1.009,50	-381,8	-27,40%
Dividendos e Participações	3.432,30	1.802,70	-1.629,60	-47,50%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	2.103,50	2.956,90	853,4	40,60%
Exploração de Recursos Naturais	26.743,80	22.270,30	-4.473,50	-16,70%
Receitas Próprias e de Convênios	4.482,00	3.341,80	-1.140,30	-25,40%
Contribuição do Salário Educação	5.858,10	6.166,30	308,2	5,30%
Demais Receitas	8.909,80	8.555,30	-354,5	-4,00%
TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	108.599,60	110.998,00	2.398,50	2,20%
RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	420.693,50	432.375,70	11.682,20	2,80%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN (2026). Elaboração: BNB/Etene.

Tabela 3 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado em Relação ao mesmo período do ano anterior. Jan-Fev.-2025/2026 - Valores a preços de fevereiro/26 - IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	Janeiro-Fevereiro		Variação	
	2025	2026	Diferença	% Real (IPCA)
Despesa Total	364.032,50	374.913,10	10.880,70	3,00%
Benefícios Previdenciários	157.067,50	162.850,90	5.783,40	3,70%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	2.857,50	3.216,10	358,7	12,60%
Pessoal e Encargos Sociais	63.219,60	68.755,90	5.536,30	8,80%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	407	463,5	56,5	13,90%
Outras Despesas Obrigatórias	62.180,50	59.085,40	-3.095,10	-5,00%
Abono e Seguro Desemprego	13.645,40	10.897,70	-2.747,70	-20,10%
Apoio Financeiro a Estados e Municípios	1.959,60	218,5	-1.741,10	-88,90%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	21.279,60	21.782,90	503,3	2,40%
Créditos Extraordinários	564,8	511,6	-53,3	-9,40%
Fundeb - Complementação da União	14.785,10	15.943,70	1.158,50	7,80%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	2.517,70	2.722,80	205,1	8,10%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	693,9	666,4	-27,5	-4,00%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	531,3	763,3	232	43,70%
Subsídios, Subvenções e Proagro	4.558,10	3.767,90	-790,2	-17,30%
Impacto Primário do FIES	301,9	427,8	125,9	41,70%
Demais	1.343,10	1.383,00	39,9	3,00%
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin.	81.564,90	84.220,90	2.656,00	3,30%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	61.404,30	58.349,80	-3.054,50	-5,00%
Discricionárias	20.160,50	25.871,10	5.710,50	28,30%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN (2026). Elaboração: BNB/Etene

Tabela 4 – Necessidades de financiamento do setor público (Fluxos acumulados no ano) - Janeiro-Fevereiro/2026 - R\$ milhões

Discriminação	Janeiro-Fevereiro				Fluxos Mensais	
	2025	% do PIB	2026	% do PIB	Janeiro	Fevereiro
Nominal	33 489	1,71	60 527	2,93	- 40 062	100 589
Governo Central(1)	48 991	2,51	74 243	3,59	- 33 500	107 743
Governos estaduais	- 13 960	-0,71	- 14 578	-0,71	- 8 390	- 6 188
Governos municipais	- 2 878	-0,15	- 5 698	-0,28	- 3 585	- 2 113
Empresas estatais(2)	1 336	0,07	6 560	0,32	5 413	1 147
Juros nominais	118 611	6,07	147 828	7,16	63 627	84 201
Governo Central(1)	103 624	5,31	132 011	6,39	53 774	78 237
Governos estaduais	12 944	0,66	12 947	0,63	8 393	4 554
Governos municipais	1 414	0,07	1 748	0,08	916	832
Empresas estatais(2)	629	0,03	1 122	0,05	543	579
Primário	- 85 122	-4,36	- 87 301	-4,23	- 103 689	16 388
Governo Central	- 54 633	-2,80	- 57 768	-2,80	- 87 274	29 507
Governos estaduais	- 26 904	-1,38	- 27 525	-1,33	- 16 783	- 10 741
Governos municipais	- 4 292	-0,22	- 7 446	-0,36	- 4 501	- 2 945
Empresas estatais(2)	707	0,04	5 438	0,26	4 869	568
PIB acumulado no ano*	1 952 799	-	2 065 976	-		

Fonte: Banco Central do Brasil (2026). Elaboração: BNB/Etene.

Notas: (1) Inclui INSS.

(2) Exclui as empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras.

* Dados preliminares. (+) déficit (-) superávit.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente de Ambiente: Allisson David de Oliveira Martins. Gerente Executivo: Marcos Falcão Gonçalves. Equipe Técnica: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão, Laura Lúcia Ramos Freire, Liliâne Cordeiro Barroso, Wellington Santos Damasceno. Bolsistas de Nível Superior: Guilherme Miranda Soares e Samuel Alesxandro Apolinário Xavier.

Aviso Legal: O BNB/Etene não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.